



Comitê Orientador do Fundo Amazônia – COFA

Registro de Encaminhamento e Temas - RET da 3ª Reunião

Local e Data: BNDES, Rio de Janeiro, 29.05.2009

Pauta

1. Aprovação do RET da 2ª reunião do COFA
2. Informes
 - 2.1. Processo de implementação do Fundo no âmbito do BNDES (relato do Banco)
 - 2.1.1. Estruturação interna no BNDES
 - 2.1.2. Acordo com a Noruega
 - 2.1.3. Sítio na Internet, domínios registrados e “branding” da marca do Fundo Amazônia - Fundo Amazônia
 - 2.1.4. Workshops
 - 2.2. Acordo BNDES, MMA e Serviço Florestal Brasileiro (relato do MMA)
 - 2.3. Comunicação sobre a acumulação de créditos de captação e a definição do valor equivalente de carbono para fins de emissão dos diplomas de contribuição (relato do MMA)
 - 2.4. Implantação dos planos de combate ao desmatamento (relato dos Estados)
3. Pontos de pauta
 - 3.1. Formação da carteira de projetos
 - 3.2. Modelos de carta-consulta
 - 3.3. Discussão sobre participação em projetos cujos beneficiários são empresas privadas
4. Estudos estratégicos (BNDES/McKinsey)
5. Agendamento da próxima reunião

Preliminares

Foi distribuída aos participantes uma pasta contendo a RET da 2ª Reunião do COFA, as Diretrizes do COFA e a minuta do Regulamento do COFA, o Acordo de Cooperação MMA-SFB-BNDES, o Contrato de Doação celebrado entre a Noruega e o BNDES e portarias com os nomes dos membros do COFA.

A reunião foi aberta por João Carlos Ferraz, Diretor do BNDES, representando o Presidente do BNDES, seguida pelo Presidente do COFA, Carlos Minc (MMA), que fez



um balanço das ações visando à redução do desmatamento na Amazônia e seus resultados, ressaltou a necessidade de que as operações do Fundo Amazônia sejam iniciadas com bons projetos e transferiu a presidência da reunião para Tasso Azevedo (MMA).

1. Aprovação do RET da 2ª Reunião do COFA

O Comitê aprovou o RET da 2ª Reunião do COFA, e o regulamento e diretrizes a ele anexas.

2. Informes

2.1. Processo de implementação do Fundo no âmbito do BNDES

Assuntos relatados pelo Superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES, Sérgio Weguelin:

- (1) Estrutura, planos e atividades atuais da recém criada Área de Meio Ambiente do BNDES;
- (2) Contrato de doação firmado com a Noruega;
- (3) Site e e-mail do Fundo Amazônia;
- (4) Apresentação da marca por representante da agência de publicidade do BNDES;
- (5) Oficinas realizadas no BNDES sobre a Amazônia, a primeira sobre aspectos gerais e a segunda sobre ciência e tecnologia; planejadas mais duas, sobre aspectos sociais e sobre empresas e empreendedorismo.

Observações dos participantes: Sugeriu-se a inclusão na marca de imagens que representem o homem amazônico. Solicitou-se que a Secretaria Técnica mantenha o COFA informado de atividades que possam ser de interesse ou de interface com o Fundo Amazônia, tais como as oficinas realizadas no BNDES.

Em relação ao contrato de doação celebrado com a Noruega, esclareceu-se que serão realizadas reuniões anuais com os doadores sobre a continuidade de sua participação no Fundo Amazônia.

Sugeriu-se que seja feita uma oficina com os estados, de preferência em Brasília, para maior conveniência dos estados amazônicos. A intenção do BNDES é visitar cada estado.

2.2. Acordo BNDES, MMA e Serviço Florestal Brasileiro (relato do MMA)

Apresentou-se o acordo de cooperação BNDES-MMA-SFB, que formaliza o relacionamento do SFB com o BNDES e as atividades do Fundo Amazônia com o combate ao desmatamento.

2.3. Comunicação sobre a acumulação de créditos de captação e a definição do valor equivalente de carbono para fins de emissão dos diplomas de contribuição

Apresentou-se o funcionamento do mecanismo de captação, no qual os limites de captação são cumulativos, de forma que emissões da última janela de captação devem ser usadas até serem esgotadas, quando poderão ser utilizados saldos de janelas anteriores. Comunicou-se que será criado um procedimento formal de informação da redução do desmatamento do SFB para o BNDES.

2.4. Implantação dos planos de combate ao desmatamento (relato dos Estados)

Informou-se que o PPCDAM nacional entra agora na segunda fase, com metas de redução, visando a desmatamento muito inferior àquele registrado em 1998.

Ressaltou-se a importância de complementação do plano nacional pelos PPCDs estaduais.

Apresentou-se o panorama dos planos estaduais (dos nove estados que formam a Amazônia legal, sete estão em processo de elaboração), cuja situação encontra-se abaixo resumida:

Amazonas: apresentou no mês passado uma primeira versão e concluirá o processo de consulta pública.

Amapá: iniciou a elaboração de seu plano pelo diagnóstico da situação ambiental e florestal, para depois passar por consulta pública.

Acre: serão realizadas consultas públicas para lançamento da primeira versão do plano.

Mato Grosso: previsão de conclusão para o fim do próximo mês.

Pará: em fase de consulta pública sendo a conclusão da primeira versão prevista para a próxima semana.

Tocantins: plano em fase de conclusão com as consultas públicas realizadas já realizadas.

Rondônia: já tem equipe destacada para o processo e está realizando o diagnóstico.

Os planos estaduais seguem as grandes linhas do plano federal: (1) ordenamento territorial, com ações de regularização fundiária, criação de UCs, zoneamento, (2) monitoramento e controle (fiscalização, integração de ações, ações de inteligência), (3) atividades produtivas, (4) governança. Observou-se que seria interessante que cada estado assumisse compromisso com metas de redução de desmatamento estaduais e cada plano estadual procurasse ter relação com essas metas. Informou-se ainda que o MMA está apoiando planos municipais de redução do desmatamento, particularmente em São Félix do Xingu, que Paragominas começou um processo recente de pacto pela



redução do desmatamento e que Tailândia está ensaiando um movimento nessa direção. A seguir cada representante estadual informou sobre o andamento do PPCD de seu estado.

O BNDES, após receber os planos, os publicará no site para orientação da seleção de projetos, que devem ser coerentes com o PPCDAM e os PPCDs estaduais.

Esclareceu-se ainda que as metas dos estados devem ser determinadas independentemente das metas nacionais e que, no caso dos estados que possuem mais de um bioma, as metas estaduais serão para a totalidade dos respectivos biomas.

Em relação à cláusula segunda do Acordo BNDES-MMA-SFB, informou-se que o papel da Secretaria Executiva do MMA no PPCD é subsidiar com análise, diagnósticos e recomendações, e que, para este fim, será realizada uma reunião de avaliação preliminar no Ministério antes da conclusão dos planos estaduais.

Ressaltou-se também a importância de se realizar encontro com a equipe do Plano Clima sobre a recepção do trabalho na COP 15 em Copenhague, para harmonizar as metas e os gastos, e informação sobre a ação dos estados em prol da conservação da biodiversidade.

Solicitou-se à Secretaria Executiva que o calendário dos planos estaduais de combate ao desmatamento seja incluído no RET. Informou-se que o MMA estará trabalhando com Roraima e Maranhão para definição de seus calendários também.

Propôs-se uma inversão da programação adiantando a seção 4, Estudos Estratégicos, em relação à seção 3, Pontos de Pauta.

4. Estudos estratégicos

Marcus Frank (McKinsey) fez a apresentação dos subsídios da McKinsey & Co. para a gestão do Fundo Amazônia, e observou que o gestor do Fundo Amazônia possui um número de pessoas reduzido e recebe taxa de administração também menor do que as entidades administradoras de outros fundos de doação citados na apresentação.

3. Pontos de Pauta

3.1. Formação da carteira de projetos (com inversão de pauta)

Apresentaram-se os projetos classificados pelas quatro áreas de atuação do Fundo Amazônia nas categorias “em perspectiva” e “carta-consulta”. “Em perspectiva” são aqueles projetos que já foram objeto de um email, uma carta, ou uma reunião, e dos quais há expectativa de receber carta-consulta; em “Carta-consulta”, os projetos cujas cartas-consulta já foram enviadas ao BNDES.

Informou-se que os projetos são muito diversos, inclusive em relação à existência de subprojetos (há projetos que incluem subprojetos semelhantes para vários municípios).

Informou-se também que, especialmente na área de atividades florestais sustentáveis, o BNDES está induzindo a demanda para aumentar a quantidade e melhorar a qualidade dos projetos, inclusive com a ajuda de membros do COFA.

Foi anunciado que o BNDES está planejando visitar todos os estados, um grande número de municípios e todos os ministérios envolvidos na questão amazônica, para a captação de projetos. Além disso, como 20% dos recursos do Fundo Amazônia podem ser aplicados em projetos de monitoramento em outros biomas ou outros países tropicais, o BNDES está iniciando ação de fomento com os países vizinhos amazônicos por intermédio da CEPAL.

Recomendou-se que o BNDES informe no site a possibilidade de envio de consultas preliminares informais por carta, email, ou telefone para verificação prévia pela equipe do DEFAM. Esclareceu-se que o BNDES não vai estruturar consultas, apenas tirar dúvidas.

3.2. Modelos de carta-consulta

A Secretaria Executiva informou que os roteiros de carta-consulta encontram-se disponíveis no site do Fundo Amazônia.

3.3. Discussão sobre participação em projetos cujos beneficiários são empresas privadas

Lembrou-se que uma diretriz do COFA instrui o Fundo Amazônia a privilegiar as áreas de atividades produtivas sustentáveis e de desenvolvimento científico e tecnológico, e que muitos projetos nestas áreas são empreendidos por empresas privadas com fins lucrativos e retorno incerto.

Esclareceu-se que o regulamento atual do Fundo Amazônia permite que se dirijam recursos não reembolsáveis para empresas com fins lucrativos, sem restrição, e que o objetivo foi trazer ao COFA a questão, pois não há, ainda, proposta para a atuação do Fundo Amazônia nestes casos.

O tema acima deverá ser retomado na próxima reunião.

Sumário das solicitações do COFA ao gestor do Fundo Amazônia:

- (1) articular com o COFA as rodadas de fomento estadual;
- (2) comunicar ao COFA a agenda dessas reuniões;
- (3) convidar os membros do COFA que estão nos estados ou que desejem se deslocar para ir aos estados para que possam acompanhar;
- (4) realizar com outros setores diálogos análogos àqueles que foram realizados com o setor indígena, sendo anotada uma demanda do FNABF para que haja um diálogo com o setor de manejo florestal sustentável;
- (5) elaborar uma iniciativa de prospecção e apoio a potenciais postulantes, no âmbito do acordo BNDES-MMA-SFB; e
- (6) evitar o estímulo a projetos específicos.



Recomendação aos membros do COFA:

- (1) estimular projetos que considerem importantes,
- (2) discutir uma linha de demanda induzida mediante edital, para resolver problemas específicos;
- (3) visitar o site www.fundoamazonia.gov.br e dar um retorno à Secretaria Executiva.

5. Agendamento da próxima reunião

Tasso Azevedo (MMA) manifestou a intenção de aumentar o número de reuniões neste ano, com alguns temas já inscritos: (1) conhecer os planos estaduais de combate ao desmatamento, (2) as diretrizes para o próximo ano, e (3) a aplicação de recursos do Fundo Amazônia em empresas privadas. Assim, haverá mais três oportunidades de encontro em 2009: em julho (para tratar dos planos de combate ao desmatamento), setembro e novembro. Não foi agendado o dia da próxima reunião, só o mês, que será o de julho. Reforçou que doravante as reuniões do COFA serão sempre programadas para começar às 10 horas e terminar às 17 horas e deu por encerrada esta reunião.

DECISÕES E RECOMENDAÇÕES

Decisões dos membros do COFA

A RET da 2ª Reunião foi aprovada.

Recomendações ao BNDES

1. Uma vez que a marca concebida para o Fundo Amazônia apresenta caracteres vazados, acrescentar imagem com o homem amazônico;
2. Para transmitir a idéia de que o Fundo Amazônia não é governamental, tentar obter os domínios fundoamazonia.br e amazonfund.br;
3. Montar mecanismo de comunicação periódica com o COFA para informar o andamento dos assuntos de interesse aos trabalhos;
4. Realizar oficinas setoriais, a exemplo da que foi realizada com a COIAB;
5. Proporcionar no site do Fundo Amazônia uma descrição clara e transparente do processo de encaminhamento e avaliação de projetos no BNDES;
6. Publicar no site informações sobre o mecanismo de consulta informal ao banco sobre apresentação de projetos;
7. Informar previamente os membros do COFA sobre a programação das oficinas nos estados;



8. Preparar documento sobre projetos de sociedades com fins lucrativos para instruir discussão na próxima reunião do COFA;
9. Preparar pauta com descrição de todos os pontos de pauta com (i) problema; (ii) antecedentes; (iii) materiais relacionados disponíveis; (iv) propostas de encaminhamento;
10. Doravante programar as reuniões do COFA para se iniciarem às 10 horas e terminarem às 17 horas;
11. Programar a 4ª, 5ª e 6ª Reuniões do COFA para julho, setembro e novembro de 2009;
12. Incluir em reuniões próximas (i) a questão do apoio a empreendimentos com fins lucrativos e (ii) as diretrizes para 2010;
13. Disponibilizar aos membros do COFA as apresentações feitas durante a reunião;
14. Traduzir para o português e disponibilizar no site o contrato de doação celebrado com a Noruega.

Recomendação ao MMA

Formalizar por meio do ato adequado a determinação do valor da tonelada de carbono a usar no cálculo do valor das captações autorizadas pela redução das emissões por desmatamento.

Recomendação ao BNDES, MMA e SFB

Desenvolver iniciativa de capacitação e fomento de projetos especialmente para pequenas instituições públicas, comunitárias, e privadas.

Outras recomendações

Os membros do COFA enviarão comentários sobre o site para aprimoramento.

Cronograma da finalização dos planos de prevenção e combate ao desmatamento nacional e estaduais

Acre	junho
Amapá	agosto
Amazonas	julho
Maranhão	a iniciar (transição de governo)
Mato Grosso	julho
Rondônia	julho
Roraima	-
Tocantins	junho

MMA convocará reunião em Brasília com todos estados (convidando todos membros do COFA) para avaliar e tirar lições do processo de combate ao desmatamento nos estados.

Representantes presentes à reunião

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES:

João Carlos Ferraz (titular)

Eduardo Carvalho Bandeira de Mello (suplente)

Casa Civil da Presidência da República

Johaness Eck (suplente)

Estado do Acre

Magali Medeiros (ad hoc)

Estado do Amapá

Alberto Pereira Góes (titular)

Estado do Amazonas

Nádia Cristina D'Ávila Ferreira (titular)

Estado do Maranhão

Washington Luis Campos Rio Branco (titular)

Estado do Mato Grosso

Luiz Henrique Chaves Daldegan (titular)

Estado de Rondônia:

Cletho Muniz de Brito (titular)

Estado de Tocantins:

Balizário Franco Neto (suplente)

Confederação Nacional da Indústria – CNI:

Mario Augusto de Campos Cardoso (suplente)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG:

Fani Mamede (titular)

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB:

Francisco Avelino Batista (titular)

Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS:

Adriana Ramos (titular)

Fórum Nacional das Atividades de Base Florestal – FNABF:

Fernando Castanheira Neto (suplente)

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Helinton José Rocha (suplente)



Ministério das Relações Exteriores:
André Odenbreit Carvalho (titular)

Ministério do Desenvolvimento Agrário:
Marcos Pavarino, (ad hoc)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior:
Marcos Otávio Bezerra Prates (suplente)

Ministério do Meio Ambiente:
Carlos Minc (titular)
Tasso Rezende de Azevedo (suplente)

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República:
Alberto Carlos Lourenço Pereira (suplente)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC:
Helena Bonciani Nader (suplente)

Ausentes

Ministério da Ciência e Tecnologia
Estado do Pará
Estado de Roraima

Outras autoridades, convidados e observadores apresentados na gravação em áudio

Isabela Teixeira – MMA
Antônio Carlos Hummel – Serviço Florestal Brasileiro
Thaís Juvenal – Serviço Florestal Brasileiro
Marco Conde – Serviço Florestal Brasileiro
Sérgio Eduardo Weguelin Vieira – BNDES
Alessandro Borges – Estado do Mato Grosso
Raul Andrade – BNDES
Israel Blajberg – BNDES
Cléber Zambarda – BNDES
Daniel Rossi Soeiro – BNDES
Nazaré Soares – MMA
Maria Cecília Brito - MMA
Observador da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul do Brasil – APINSUL (nome inaudível)
Kleber Aripuna Santos dos Santos – COIAB
Paula Franca Moreira – IPAM
Antonio Carlos da Silva Faria – Estado do Amapá
Sebastião Pereira – BNDES
Mônica Magnavita – BNDES
Bernardo Braune – BNDES
Mauro Pires - MMA
Lígia Frias – BNDES



Daniela Baccas – BNDES

Guilherme Accioly – BNDES

Luiz Antônio Pazos – BNDES

Felipe Raposo – DPZ (agência de propaganda do BNDES)

Marcus Frank – McKinsey & Co.